

# INDÚSTRIA

## Crise mantém-se com o Plano Collor II

*Adalmir Antônio Marquetti\**

*André Luis F. Scherer\**

### A indústria de transformação no Brasil

#### Nível de atividade: retrospecto de 1990

A indústria de transformação brasileira apresentou uma taxa de crescimento negativa de 9,5% no ano de 1990. Essa "performance" reflete, em grande medida, a decisão da equipe econômica que assumiu em março de 1990 de derrubar a inflação. Assim, o nível de atividade passou a ser mera consequência residual do processo de combate à inflação. Logo, o "mau desempenho" da indústria de transformação não é nada surpreendente.

Todavia a produção da indústria em questão, em 1990, não mostrou uma queda contínua, como pode ser visto na Tabela 4. Ao contrário, essa apresentou três fases distintas (Ind. Econ. FEE, 1990). A primeira fase estendeu-se de janeiro a abril, com a indústria de transformação demonstrando uma tendência recessiva, em especial no mês de abril, em função da absorção do impacto do Plano Collor I. A segunda fase abrangeu o período maio-ago. e caracteriza-se por apresentar uma redução no ritmo da queda da produção industrial. A terceira etapa abarcou os meses de setembro a dezembro, com a produção da indústria de transformação voltando a declinar, movimento que se manteve em janeiro de 1991, considerando-se o índice com ajustamento sazonal.

Esse comportamento diferenciado do desempenho industrial em 1990 fica evidenciado na observação da taxa de crescimento da produção industrial por categoria de uso. As categorias de uso apresentaram o mesmo padrão: tendência decrescente até abril, ascendente até ago.-set., sendo que a única exceção foi bens de consumo duráveis, que teve crescimento até novembro e, novamente, tendência decrescente até o final do ano. Verifica-se ainda que esse comportamento recessivo, que se

---

\* Economista da FEE.

aprofundou em dezembro, se manteve em janeiro de 1991, quando houve quase uma repetição dos números do mês anterior, o que, aparentemente, representa um arrefecimento da queda no nível de atividade. Entretanto, considerando-se o resultado anualizado, a taxa desse mês passa para o patamar dos -10,4%, contra os 8,9% negativos de dezembro, o que significa que o ritmo da queda se manteve, ao se considerarem os resultados anualizados.

Tabela 4

Taxa de crescimento da produção industrial, por categoria de uso, no Brasil — jan./90-jan./91

(%)

ANOS E MESES	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	BENS DE CAPITAL	BENS INTER- MEDIÁRIOS	BENS DE CONSUMO	
				Duráveis	Não Duráveis
1990					
Jan.	5,85	4,74	4,14	4,04	7,12
Fev.	9,48	8,35	9,31	14,26	6,30
Mar.	-2,90	1,97	1,39	-12,95	-7,24
Abr.	-27,64	-32,23	-24,31	-36,06	-21,14
Mai	-10,54	-10,94	-13,02	9,54	-3,66
Jun.	-16,49	-27,21	-14,04	-28,77	-9,26
Jul.	-8,53	-21,13	-7,29	-12,94	-3,04
Ago.	-8,83	-14,64	-9,07	-5,59	-4,26
Set.	-8,22	-16,28	-6,27	-0,33	-6,31
Out.	-8,30	-12,03	-8,05	6,98	-6,64
Nov.	-10,93	-20,15	-10,83	8,85	-4,95
Dez.	-18,88	-26,04	-17,02	-17,98	-9,83
1991					
Jan.	-17,40	-30,13	-13,94	-21,14	-9,50

FONTE: IBGE.

NOTA: Os dados possuem como base o mesmo mês do ano anterior.

Um dos efeitos diretos da recessão é o aumento do desemprego. Segundo a **Pesquisa Mensal do Emprego** (PME), realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas, a taxa média do desemprego aberto na indústria de transformação passou de 2,99% em dezembro de 1989 para 5,25% em dezembro de 1990. Somente na indústria paulista, foram demitidos 225.104 trabalhadores, segundo a FIESP (GM, 1991). Esse movimento de demissões em São Paulo foi intensificado nos dois primeiros meses de 1991, alcançando a casa de 101.518 demissões, quase a metade das verificadas no ano passado. Entretanto, em fevereiro, ocorreu uma desaceleração na queda do nível de emprego em relação a janeiro.

Outro resultado do desaquecimento do mercado interno é a busca de mercados externos. Todavia, em 1990, tal fato não ocorreu, ou deu-se em proporção menor que nas crises anteriores, em razão da sobrevalorização do cruzeiro. O saldo da balança comercial de 1990 atingiu US\$ 11 bilhões, o que representa queda de 32% perante 1989 e de 42% em relação a 1988 (Macrométrica, 1991). Esse resultado ocorreu também em função da nova política de comércio exterior, que liberalizou as importações. As exportações de produtos industrializados apresentaram, no período jan.-nov./90, uma redução de 3,65% em relação ao mesmo período de 1989. A partir de dezembro, o saldo comercial passou a demonstrar melhores resultados, uma vez que o cruzeiro foi fortemente desvalorizado no último trimestre do ano. Em janeiro de 1991, o saldo atingiu US\$ 1,34 bilhão, confirmando o acerto do ajuste realizado no câmbio. Entretanto o chamado Plano Collor II (PC II), decretado no final de janeiro, pode fazer com que novamente o saldo comercial apresente uma má "performance", devido ao "congelamento" do câmbio e ao tarifaço.

## **O efeito do PC II sobre o nível de atividade industrial**

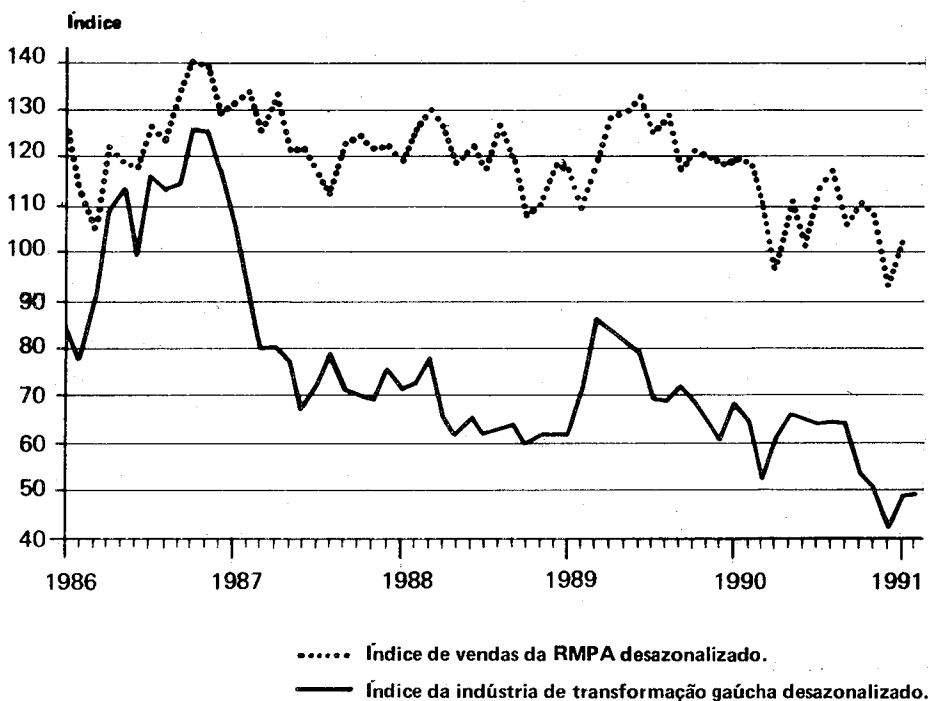
O efeito do PC II sobre o nível de atividade pode ser analisado levando-se em consideração dois aspectos: as experiências dos planos anteriores e o comportamento da balança comercial. Esses fatores fornecem importantes subsídios para projetar-se a evolução do nível de atividade a partir de março.

As quatro experiências anteriores foram o Plano Cruzado (fev./86), o Plano Bresser (jun./87), o Plano Verão (jan./89) e o Plano Collor I (mar./90), e todas se caracterizaram por apresentar uma "bolha de consumo" devido ao congelamento de preços. O Gráfico 1 mostra que, após o lançamento dos planos, ocorreu, nos dois primeiros me-

ses, um aumento no consumo, que foi seguido, com uma defasagem de um a dois meses, pela elevação na produção industrial.<sup>5</sup> A questão a responder é se a "bolha" novamente ocorrerá.

## GRÁFICO 1

### EFEITO DOS PLANOS ECONÔMICOS SOBRE VENDAS E PRODUÇÃO INDUSTRIAL – 1986-91



FONTE: TERMÔMETRO DE VENDAS (1987/91). Porto Alegre, FEE. jan.  
 — (1991). Porto Alegre, FEE. fev.  
 IBGE.

<sup>5</sup> O Gráfico 1 foi elaborado a partir dos índices de vendas da Região Metropolitana de Porto Alegre e do índice de produção da indústria de transformação gaúcha. Subjacente à análise do efeito do Plano Collor II sobre o nível de atividade industrial está a idéia de que a economia gaúcha reproduz o que ocorre com a economia nacional em relação ao efeito dos planos econômicos sobre o nível de atividade (Macrométrica, 1991).

A "bolha de consumo" pode ser medida, no Gráfico 1, pela distância vertical entre o ponto de pico do índice de vendas e o ponto de vale do índice no mês de lançamento do plano. Assim, verifica-se que a "bolha" teve maior efeito nos Planos Cruzado e Verão e menor efeito nos Planos Collor I e Bresser. No Plano Collor II, a "bolha de consumo" não se fez presente, ao menos até o mês de fevereiro, o último de que se dispõe de informações.

No que tange ao comportamento da balança comercial, faltam dados sobre a evolução do câmbio em relação ao Índice de Preço por Atacado para os meses de janeiro e fevereiro. Não sendo possível, portanto, fazerem-se projeções sobre a evolução do saldo comercial. Entretanto tem-se o resultado do saldo comercial de fevereiro. Esse atingiu US\$.... 1,006 bilhão com as exportações dos produtos industriais, sendo 11% maiores do que em fevereiro de 1990. Logo, o PC II parece, até o momento, não ter alterado a boa "performance" da balança comercial.

Assim, o Plano Collor II poderá ter um efeito muito reduzido sobre o nível de atividade industrial, constituindo-se no plano que menor contribuição apresentou para a sua elevação. O desempenho da balança comercial confirma essa assertiva, pois mostra que a busca por mercados externos continua, apesar do aumento dos custos de produção em razão do tarifaço e da tradicional "segurada" na taxa de câmbio nos planos econômicos. Portanto, aparentemente, o PC II não será capaz de reverter o quadro recessivo em que a economia brasileira se encontra, a não ser que as autoridades econômicas resolvam mudar o eixo de sua política econômica de combate à inflação para o crescimento econômico.

## **Política Industrial**

A política industrial do Governo Collor, anunciada em junho de 1990, foi complementada dia 27 de fevereiro passado com o Programa de Competitividade Industrial (PCI).

Nesse Programa, o Governo explicita quais indústrias deseja apoiar e os meios que pretende utilizar para essa promoção. Assim sendo, a ação governamental deixou de ser meramente filosófica e indicativa para assumir um caráter mais prático, até então restrito à liberalização alfandegária do comércio exterior.

O PCI apresenta como principal medida a criação de incentivos fiscais para facilitar a aquisição de bens de capital, visando capaci-

tar tecnologicamente a indústria nacional para a competição no mercado internacional. Esse incentivo consiste basicamente na eliminação do IPI sobre bens de capital — inclusive importados — e na depreciação contábil acelerada destes, reduzindo o Imposto de Renda a pagar das empresas que investirem em equipamentos nos anos 1991 e 1992. O Governo também irá gestionar junto aos estados a redução da alíquota de ICMS sobre bens de capital. Essa indústria é a que mais vem sofrendo com a recessão e, com o anúncio do PCI, encontra-se em situação curiosa, com os possíveis compradores suspendendo suas encomendas, esperando a regulamentação dos incentivos do Programa. Ao mesmo tempo, está confiante em uma retomada dos negócios, quando da entrada em vigor dessas leis e se a recessão permitir.

Além das políticas de incentivo, outra lacuna preenchida pelo PCI constituiu-se na indicação de quem deve ser beneficiado. Sobre essa matéria, embora não esteja explícito no Programa, pode-se extrair que as empresas que utilizam tecnologia de ponta e já atuam no mercado internacional terão maiores facilidades para conseguir os incentivos. Isto porque um dos objetivos da Política Industrial e de Comércio Exterior do Governo Collor é o aprofundamento da inserção da economia brasileira no contexto econômico internacional, com o aumento da sua participação nas exportações mundiais.

Outra característica é o critério de não priorizar setores, mas, sim, empresas competitivas, o que poderá, eventualmente, elevar algum setor à condição de prioritário, na medida em que suas empresas o sejam. Esse critério, todavia, pode facilitar a concessão de privilégios a empresas íntimas do poder.

A questão do financiamento tem sido o maior problema das últimas tentativas de política industrial feitas no Brasil. O atual Governo tentou, com a reforma financeira embutida no Plano Collor II, criar as condições necessárias para a geração dos recursos a serem designados ao financiamento de longo prazo. A destinação de parte dos recursos do Fundo de Aplicação Financeira (FAF) às agências financiadoras com a emissão de Títulos de Desenvolvimento Econômico (TDEs) permitirá, segundo o Governo, a diminuição das taxas de juros e o aumento dos prazos de financiamento para o investimento, mesmo com a manutenção de uma política monetária rígida.

O mês de março deixou entrever uma dificuldade inesperada para a estratégia governamental: a baixa credibilidade do FAF determinou um volume de investimento menor que o esperado, o que pode criar problemas para o financiamento do PCI.

Outro obstáculo ao desenvolvimento do Programa consiste na permanência da recessão, podendo desestimular os investimentos mesmo com as facilidades propostas pelo Governo, uma vez que muitos setores estão operando com capacidade ociosa.

Esses problemas, entretanto, são de natureza conjuntural e, embora de solução difícil, passíveis de superação futura através de uma sinalização segura por parte do Governo, que diminua a incerteza na economia e aponte para o crescimento. Um outro entrave, de mais difícil solução, é a capacitação dos recursos humanos necessários a uma gestão empresarial mais eficiente. Um programa de competitividade que se pretenda moderno e modernizador não pode deixar de contemplar questão tão relevante, e, nesse sentido, o PCI falha. Falha ao não colocar a questão da educação e do treinamento do trabalhador e ao não abordar a participação deste na gestão empresarial. Essa visão se reflete na formação da Comissão Empresarial de Competitividade sem representantes dos trabalhadores, que muito poderiam contribuir, tendo em vista serem eles agentes ativos do "choque de eficiência" pretendido.

Além do PCI, outras ações do Governo voltadas à indústria neste primeiro trimestre foram a continuidade da política de redução de tarifas de importação para diversos produtos, principalmente bens de capital e químicos, e o lançamento do Projeto de Reconstrução Nacional (PRN), que, em sua parte voltada à indústria, reafirma as propostas do PCI.

## **A indústria de transformação gaúcha**

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul, a exemplo da brasileira, sofreu forte desaceleração no ano de 1990, recuando 11,19% em relação ao ano anterior. Esse resultado coloca a indústria de transformação gaúcha como uma das mais atingidas pela crise econômica, sendo superada somente por São Paulo, com -11,25%, e por Pernambuco, com -12,33%. Além disso, um recuo de tal magnitude na produção não possui precedente ao longo da Pesquisa Industrial Mensal, realizada pelo IBGE desde 1981.

Em relação à indústria gaúcha a nível de gêneros, apenas o material elétrico e de comunicações, com 8,0%, apresentou resultado positivo em 1990 dos 14 pesquisados. Todos os outros mostraram resultados negativos, onde se destacam os gêneros mecânica (-29,9%); minerais não-metálicos (-17,6%); metalurgia (-15,9%); vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-12,6%); e papel e papelão (-9,2%).

Entretanto esse quadro não representa uma crise específica da indústria gaúcha, devendo a mesma ser entendida a partir da retração da economia brasileira. A veracidade dessa afirmação pode ser observada no Gráfico 1, ao analisar-se o desempenho do índice de produção da indústria de transformação desazonalizado em 1990. Esse acompanhou o movimento do índice de produção da indústria brasileira, ou seja, declinou até o mês de abril, apresentando a seguir uma recuperação até agosto, quando novamente passou a declinar.

O resultado do mês de janeiro de 1991 para a indústria de transformação gaúcha indicou uma retração de 15,1%, quando comparado ao do mesmo mês do ano anterior. Por sua vez, o índice de 12 meses apresentou uma queda de 12,3%, o que representa um aprofundamento da recessão em termos anuais.

No que tange às perspectivas da indústria gaúcha para os próximos meses, deve-se ter claro que o segundo trimestre é tradicionalmente o de melhor desempenho econômico no Estado, e, portanto, pode-se esperar uma certa melhora em alguns indicadores de conjuntura. Todavia a quebra da safra agrícola e a análise realizada do impacto do Plano Collor II sobre o nível de atividade não permitem maior otimismo.